



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

17 DE JULHO
PALÁCIO DA ALVORADA
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DE REU-
NIÃO COM OS GOVERNADORES

Reúnem-se, neste encontro, as velhas razões de nossa história política. Fomos e somos um povo que reclama a liberdade como o mais alto valor da vida, e vê no federalismo a instituição de governo capaz de garantir a prática cotidiana da democracia.

A recuperação da República, tal como sonharam os civis e militares que a fizeram há quase cem anos, dependerá do renascimento da Federação.

Restabelecer a Federação é um dos compromissos que assumimos, em agosto do ano passado, ao constituirmos a Aliança Democrática, e nossa união política só foi possível graças ao apoio decidido dos governadores aqui presentes. De certa forma, podemos dizer que a Federação começou a reabilitar-se no encontro de Foz do Iguaçu, em outubro de 1983, e esse movimento se tornou irreversível na vitória de 15 de janeiro deste ano.

O sentimento federativo esteve no cerne de todas as grandes iniciativas políticas nacionais. Desde a Revolução Pernambucana de 1817 até a Revolução Praieira de 1848, todas as insurreições nacionais se fizeram na reivindicação de autonomia regional.

Não foram apenas as armas que alçaram os estandartes da Federação: o Parlamento contou com vigorosos defensores dos direitos provinciais durante os dois reinados. Da Regência tivemos um documento avançado para o tempo, o Ato Adicional de agosto de 1834, que criou as Assembléias nas Províncias e, depois da maioria, destacaram-se os estudos de Tavares Bastos, os mais importantes de seu tempo, sobre as razões econômicas e políticas que reclamavam a descentralização do poder.

A Federação rejeita e impede os governos autoritários. A autonomia dos Estados não pode conviver com o arbítrio, o que faz reunir, no mesmo destino, a Federação e a democracia.

Reafirmo, diante de Vossas Excelências, meu solene compromisso com a Federação. Sei, pela própria experiência, o que é governar um Estado sob o regime da discriminação tributária e concentração do poder político. Haveremos de estabelecer, na próxima Constituição, o regime federativo que atenderá ao máximo as reivindicações de autonomia dos Estados brasileiros.

Enquanto isso, mesmo no quadro atual de nossas instituições, tudo farei para governar com os Conselhos de Vossas Excelências. Quero exercer a Presidência com a solidariedade e a participação política dos Estados.

Senhores Governadores,

Todos os atos de governo, como sabem, só se completam no consentimento da cidadania. Nas condições peculiares de nosso momento político, temos que encontrar novos instrumentos para assegurar esse consentimento, tendo em vista as medidas inadiáveis de ajuste econômico e social que devemos tomar. Não podemos esperar pela nova Carta Institucional, mas tampouco deveremos agir fora do quadro das instituições existentes. É preciso, portanto, negociar com as forças representativas da sociedade um programa de emergência que responda às dificuldades mais graves da hora. Sem essa adesão decidida dos políticos, dos empresários e dos trabalhadores, estaremos diante do imprevisível.

Quando, ao lado do nosso líder Tancredo Neves, fomos para a disputa no Colégio Eleitoral, sabíamos que era absolutamente necessário um pacto político e social durante a transição institucional. Passada a emoção e as dificuldades iniciais de formação do Governo, é hora de consubstanciar esses convênios, enquanto se processa a discussão em torno dos temas constitucionais.

Para isto conto com a ajuda de Vossas Excelências. Com a liderança que exercem sobre o povo brasileiro, podem obter a participação de todos neste compromisso com a paz e com o futuro. Não é difícil renunciar à intransigência, quando se trata da sobrevivência dos nossos grandes valores, que são a liberdade, a justiça e o amor à Pátria.